



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1536 RUBRICA R

Ata de Análise de recurso administrativo e suas contrarrazões.

Interessadas: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTÊNCIA
HOSPITALAR e SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Processo nº 11.391/2023

Chamamento Público nº 005/2023,

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às 13:30 horas à Rua Segisfredo de Oliveira Bravo, nº 86, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Caroline Santos Ramos Marinho, Flavio Fernandes José da Silva e Ricardo Sodré Aguiar, nomeados através da Portaria Nº 553, de 14 de julho de 2023, para análise das peças de recurso administrativo e contrarrazões apresentadas pelas Intituições participantes do Chamamento Público nº. 005/23, do Processo nº 11.391/2023, visando à **CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, COM ATUAÇÃO NA ÁREA MÉDICA-VETERINÁRIA, PREVISTO EM SEU ESTATUTO SOCIAL, PARA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICO-VETERINÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE FUNCIONAMENTO DE CONSULTÓRIOS MUNICIPAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA**, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Breve relato em síntese:

A Sociedade Paulista de Medicina Veterinária interpôs recurso em face da classificação da proposta da Associação CHC de Administração e Assistência Hospitalar, realizada no Chamamento Público n. 005/2023.



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1537 RUBRICA P

O chamamento público foi deflagrado com amparo na Lei Federal n. 13.019/2014. A sessão pública realizada no dia 02/10/2023 efetuou a abertura das propostas financeiras.

Transcrevo a Ata da sessão(parte):

Prosseguimos com a abertura do envelope 1 de proposta financeira e envelope 2 de proposta técnica e os proponentes foram informados que o envelope 3 de habilitação, ficará acautelado com a CPL. A **ASSOCIACAO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTENCIA HOSPITALAR** apresentou proposta financeira no valor de R\$ 8.704.356,48 (oito milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos) e a **SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA** apresentou proposta financeira no valor de R\$ 9.780.174,59 (nove milhões, setecentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Em ato apartado (04/10/2023), analisadas as propostas técnicas, a Comissão de Licitação classificou as entidades, Associação CHC e SPMV, em primeiro e segundo lugares, respectivamente.

Transcrevo a Ata a sessão (parte):

1º lugar – **ASSOCIACAO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTENCIA HOSPITALAR - 14 pontos.**

2º lugar – **SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA - 12 pontos.**

Por fim (em 11/10/2023), examinados os documentos de habilitação, restou habilitada a participante Associação CHC, sendo por isso considerada (apesar de ainda não ter ocorrido a homologação) a sua proposta como a melhor proposta do certame.

Transcrevo a Ata a sessão (parte):



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1538 RUBRICA Q

Entregue o resultado, prosseguimos com a abertura do envelope de Habilitação do **ASSOCIACAO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTENCIA HOSPITALAR**, o qual verificou-se que encontra **HABILITADO** e **VENCEDOR** do objeto do certame.

Assim, com a decisão pela CPL, insurge-se a recorrente, SPMV, guerreando os seguintes aspectos:

a) Tratar-se a Associação CHC de organização social (OS) e não de organização da sociedade civil (OSC), sendo o chamamento público voltado apenas às entidades enquadradas na última categoria;

b) Inexequibilidade da proposta da Associação CHC, em razão dos seguintes aspectos:

i.) proposta financeira sem a separação das despesas por serviços e pelas unidades que serão objeto da parceria (Jaconé, Sampaio Correia e Clínica Central) (item 6.4.6.2 do edital);

ii.) oferta de 1.600 (mil e seiscentos) atendimentos mensais, ao passo que a entidade recorrida apresentou atestado de capacidade técnica de 1.292 (mil duzentos e noventa e dois) atendimentos;

iii.) quantidade de funcionários – vinte – insuficiente para o atendimento das três unidades (item 6.4.6, 'a' do edital e itens 8.1 e 8.4. do plano de trabalho referencial);

iv.) previsão de despesas com alugueis de mobiliário, ao invés de prever a compra de equipamentos que seriam incorporados ao patrimônio do Município ao final da parceria;

v.) subdimensionamento das despesas com gases medicinais.

c) Apresentação de atestados de capacidade técnica sem relação com o objeto do chamamento público, sem quantitativos ou com quantitativos inferiores à categoria de classificação que lhe enquadrrou a Comissão Permanente de Licitações;



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1539 RUBRICA Q

Esses, em breve síntese, são os pontos questionados no recurso em exame.

Notificada, a Associação CHC apresentou contrarrazões, que também, em síntese, se manifesta defendendo a sua habilitação e capacidade técnica, bem como, a exequibilidade de sua proposta. A partir disso, postula a manutenção da classificação realizada por esta Comissão Permanente de Licitações.

Tempestivos o recurso administrativo e contrarrazões.

É o breve relato.

I - FUNDAMENTAÇÃO:

Examinando-se o plano de trabalho referencial – documento que, juntamente com o edital, baliza a análise das propostas financeiras, planos de trabalho e documentos de habilitação –, é possível estabelecer-se algumas premissas:

a) O município de Saquarema pretende firmar parceria para a implantação e gestão de três clínicas de serviços medico-veterinários, para atendimento clínico de cães e gatos (item 2.3);

b) Nessas clínicas projeta-se a prestação de 81.192 atendimentos anuais (item 7);

c) Para a prestação desses serviços pressupõe-se necessário o emprego de no mínimo dezoito funcionários (item 8.4);

d) As entidades interessadas serão classificadas a partir de sete critérios, com pontuação variável dentro de cada categoria e com pontuação máxima de 14 (catorze) pontos.

Regressando-se um pouco – ao edital – pode-se igualmente elencar algumas balizas:



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1540 RUBRICA Q

a) O chamamento público em epígrafe tem por escopo a seleção de organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei Federal n. 13.019/2014;

b) A parceria será celerada com a entidade que apresentar melhor proposta, assim considerada aquela que obtiver melhor classificação segundo critério de técnica e preço;

c) A entidade parceira deverá *“ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado”* (4.1, ‘a’), bem como, *“deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada”* (4.1, ‘g’).

d) Dentre os critérios de julgamento das propostas (item 6.5.3, Tabela 2), considera-se num item a *“Experiência na execução de serviços congêneres ao objeto do edital, realizados com o apoio financeiro integral ou parcial expedidos por instituições privadas e/ou públicas, indicando dimensão, prazo, local e outros elementos que julgar pertinente que caracterizem a eficácia do projeto”* (4), e noutro, a *“Experiência de gestão em parcerias ‘lato sensu’ com o Poder Público nos eixos descritos no Plano de Trabalho (aceitas parcerias com fulcro na Lei nº 13.019/2014, convênios e demais instrumentos congêneres)”* (6).

Feitas essas considerações, adentra-se no exame pontual das questões suscitadas no recurso.

➤ **Da natureza jurídica da entidade com a qual será celebrada a parceria:**

É bem verdade que existe certa confusão na distinção das entidades do Terceiro Setor: Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações da Sociedade Civil (OSC), cujas relações com o Poder Público são, em tese, disciplinadas pelas Leis Federais n. 9.637/1998, 9.790/1999 e 13.019/2014, respectivamente. Em tese porque, na verdade, as duas primeiras leis têm como foco a



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1541 RUBRICA [assinatura]

qualificação de entidades sem fins lucrativos como OS's ou OSCIP's, ao passo que a última norma, ao que tudo indica, visa regular as relações entre Poder Público e o Terceiro Setor, independente da classificação a que se dê à entidade.

Vale dizer que, em certa medida, a Lei 13.019/2014 englobou todas as entidades do Terceiro Setor como Organizações da Sociedade Civil. Tanto que originalmente o Projeto de Lei (PL 649/2011) que culminou na Lei 13.019/2014 trazia a seguinte ementa: *"Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público"*.

A propósito, de acordo com a legislação civil brasileira, *"São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos"* (art. 44 do Código Civil). Portanto, OS's, OSCIP's ou OSC's são todas "espécies" de associações. E abriga ainda a Lei 13.019/2014 em seu regime jurídico, algumas sociedades (cooperativas) e entidades religiosas (art. 2º, I, 'a', 'b', e 'c').

Na Justificativa do PL n. 649/2011, assinalou-se que o projeto de lei *"decorreu, em uma primeira versão, da sistematização e do aperfeiçoamento de diversas regras a respeito de parcerias entre o Poder Público e entidades sem fins lucrativos, dispersas em várias espécies normativas (leis permanentes, lei de diretrizes orçamentárias, decretos, instruções normativas, portarias etc.)"*.

E ainda, após citar a *"Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que criou o assim denominado 'contrato de gestão', modalidade de acordo celebrada com entidade de direito privado qualificada como Organização Social, e a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que criou o 'termo de parceria', modalidade de acordo com entidade de direito privado qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público"*, arremata-se: *"[...] esta proposição não visa a criar mais uma norma jurídica que trate de uma modalidade de acordo ou parceria entre o Estado e o 'Terceiro Setor'. Ao contrário,*



PROCESSO Nº 11391/23
FLS. 1542 RUBRICA B

pretende-se aqui estabelecer um marco legislativo amplo, que regule de forma abrangente todas as modalidades de acordos e parcerias [...]".

Voltando-se ao argumento da recorrente, tem-se que, de fato, há no caso concreto algumas particularidades que aproximam de algum modo as Leis 9.637, 9.790 e 13.019. Isso porque, apesar de regulado o chamamento público pela Lei 13.019/2014, em dois momentos pode-se reportar-se às leis anteriores:

a) no item 6.8 prevê-se a *"qualificação da Proponente como OSC no âmbito do Município de Saquarema"*;

b) No item 2.3 do Plano de Trabalho referencial assinala-se que *"Através da implementação de 3 (três) unidades de saúde médico-veterinário para o atendimento clínico em cães e gatos pretende-se promover e atender de forma veemente as demandas relacionadas à saúde pública, uma vez que a promoção da saúde e o bem-estar animal e o ser humano é de extrema importância, devido a estreita convivência entre eles e na viabilização de instrumentos e meios efetivos de ações destinados a promoção do bem-estar e adoção de medidas de prevenção de zoonoses e demais agravos, visando otimizar serviço essencial ao bem-estar comum"*.

Pois bem. A figura da "qualificação" de entidade (como OS ou OSCIP) é afeita às Leis 9.637 e 9.790; de outro lado, independente das discussões sobre a natureza dos serviços medico-veterinários, o combate a zoonoses é classificado como serviço de saúde pública (humana).

O que se deve considerar, para a habilitação das interessadas no chamamento público, é o preenchimento das condições previstas no art. 2º, I, 'a' da Lei Federal n. 13.019/2014 e transcrito no item 3.1, 'a' do edital. Ou seja, tratar-se de

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1543 RUBRICA Q

líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

E no caso, tanto a recorrente quanto a Associação CHC comprovaram enquadrarem-se como organizações da sociedade civil nos moldes do art. 2º, I, 'a' da Lei, sendo aptas a participarem do certame.

De igual modo, observa-se ter a Associação CHC cumprido minimamente as exigências editalícias concernentes à eventual dissolução e ao cumprimento de normas de contabilidade.

No primeiro caso, havendo dissolução, o patrimônio da Associação CHC será destinado a outra Organização Social, segundo o art. 41 do seu Estatuto. O art. 33, III da Lei 13.019/2014, assim como o edital, exige *"que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta"*.

Organizações Sociais, assim qualificadas nos termos da Lei 9.637/1998, apesar das eventuais distinções semânticas, que foram acima exauridas, podem ser contratadas nos termos da Lei 13.019/2014. Assim sendo, a destinação do patrimônio para organização social preenche a exigência do edital.

Por vezes, o art. 39, I do Estatuto da Associação CHC é expresso ao assinalar a observância dos *"princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade"*.



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1544 RUBRICA Q

Afasta-se assim a alegada ausência de requisitos para o credenciamento da Associação CHC e sua participação nas demais fases do chamamento. Entendimento diferente não pode haver.

➤ **Da suposta inexecuibilidade da proposta da Associação CHC:**

Conforme apontado no relatório acima, a insurgência da recorrente, no tocante à suposta inexecuibilidade da proposta da Associação CHC, refere-se à: **i.)** proposta financeira sem a separação das despesas por serviços e pelas unidades que serão objeto da parceria; **ii.)** oferta de 1.600 (mil e seiscentos) atendimentos, ao passo que a entidade apresentou atestado de capacidade técnica de 1.292 (mil duzentos e noventa e dois) atendimentos; **iii.)** quantidade de funcionários insuficiente para o atendimento das três unidades; **iv.)** previsão de despesas com alugueis de mobiliário, ao invés de prever a compra de equipamentos que seriam incorporados ao patrimônio do Município ao final da parceria; **v.)** previsão insuficiente de despesas com gases medicinais.

Referente à proposta financeira, o item 6.4.6 é esclarecedor:

6.4.6. Observado o disposto no item 6.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;*
- b) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e*
- c) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.*
- d) o valor global.*

A recorrente suscita violação ao item 6.4.6.2 do edital, cuja redação é a seguinte: "A Proposta Financeira deverá conter todos os descritivos dos custos e valores unitários, bem como o cronograma de desembolso. A Proposta Financeira deverá trazer, ainda, o



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1545 RUBRICA Q

Valor do Programa por aluno, que servirá como referência para verificação da compatibilidade do valor apresentado com o estimado no Edital”.

A leitura completa desse item reflete uma contradição com o item 6.4.6, decorrente de evidente equívoco de redação ou adaptação de edital de outro chamamento público, na medida em que o item supostamente não atendido pela Associação CHC exige a apresentação do “Valor do Programa por aluno”. É, pois, inaplicável.

ii.) No que diz respeito à alegada prestação de serviços medico veterinários em quantidade inferior ao parâmetro máximo do item 5 dos *Critérios de Julgamento*, também não há incorreção a ser reparada.

De acordo com o edital, o critério de julgamento refere-se à “*Maior quantidade de atendimentos diretos de beneficiários por mês em serviços médico veterinários*”, sendo atribuída pontuação máxima, de dois pontos, com a comprovação da prestação de “*Mais de 1.600 pessoas atendidas*”.

A Associação CHC comprovou, mediante a apresentação conjugada de documentos idôneos, haver prestado os serviços em quantidade superior a 1.600. Isso porque, apesar de os atestados técnicos somarem 1.292 atendimentos, foram apresentados ainda outros atestados acompanhados dos contratos correspondentes. Ora, se o contratante atestou que os serviços objeto de contrato determinado foram prestados adequadamente, é idôneo o contrato para sanar eventual omissão de quantitativos.

Com efeito, os atestados de capacidade técnica não costumam ser atrelados a determinado certame público. Ou seja, são emitidos com redação genérica, que identifique minimamente os serviços prestados, para serem utilizados em variados chamamentos públicos ou processos licitatórios. Por isso, não há que se exigir o amoldramento *ipsis litteris* ao edital ou termo de referência. Basta que dele e de outros documentos idôneos se possa comprovar as condições exigidas ou esperadas.



PROCESSO Nº 11391/23
FLS. 1546 RUBRICA R

Não se pode, a propósito, perder-se de vista a instrumentalidade das formas que orienta os procedimentos administrativos. No caso, o que se busca é aferir a efetiva experiência, não se formatando uma forma rigorosa para a comprovação de tal condição.

Corroborando ao exposto, que o edital previa que a Proposta com mais de 1.600 atendimentos teria somado 2 pontos, e não de que os Atestados de capacidade técnica deveriam comprovar mais de 1.600 atendimentos já realizados. Logo, os comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria foram devidamente apresentados pela CHC e tendo a proposta atingido o total de 1.600 atendimentos, o ponto atribuído está em consonância com o edital.

Vale dizer, neste tópico, que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União em uníssono tem repellido a exigência de atestados técnicos que superem 50% do objeto da licitação¹. Por via de consequência se admitida como correta a afirmação da recorrente, o que não é, registre-se desde logo, e apenas por argumentação, de que a Associação CHC comprovou haver prestado 1.292 atendimentos, com esses atestados teria a entidade capacidade para pleitear a execução de NO MÍNIMO 2.584 atendimentos. Acima, portanto, do limite estabelecido para a pontuação máxima.

iii.) Quanto ao número de funcionários, a proposta da Associação CHC atendeu aos quantitativos mínimos exigidos no edital e no plano de trabalho referencial, o que, afasta a tese da inexecutabilidade.

Se por ventura a quantidade mínima de profissionais indicadas no chamamento público é insuficiente para a prestação dos serviços referenciados, era o caso de impugnação ao edital em tempo e forma, o que não ocorreu. Esse aspecto, portanto, está superado por duas razões: Vejamos: pressupõe-se, até pela presunção de legitimidade dos atos

¹ "É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos". (Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.)



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1547 RUBRICA P

administrativos, que os quantitativos de funcionários indicados no chamamento público condizem com os serviços e qualidade mínimos; a impugnação ao edital está preclusa.

Além disso, ou seja, além do mínimo previsto no edital, conforme assinalado no próprio recurso, a Associação CHC estima um gasto mensal na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com serviços terceirizados.

Tal cifra corresponde a 99% das despesas estimadas com funcionários. Em outras palavras, previu a Associação CHC a terceirização de serviços que basicamente dobrariam a força de trabalho. E em que pese não discriminados tais serviços, eles são excedentes ao mínimo de funcionários exigido no edital, de modo que cumpre a proposta, neste particular, o claro intento de reforçar a sua exequibilidade.

iv.) Afasta-se ainda a suposta inexecutabilidade por previsão de despesas com locação de equipamentos (ao invés de compra e posterior reversão ao patrimônio público) e pela eventual previsão insuficiente de recursos para gases medicinais.

Ora, não há um engessamento das propostas, sendo possível o uso de diferentes institutos jurídicos, desde que atendidos os critérios de quantidade e qualidade de serviços. Em outras palavras, é discricionariedade da proponente optar por locação ou aquisição de mobiliários e equipamentos.

E mesmo que no segundo caso haja a incorporação patrimonial ao fim da parceria, tal circunstância, por si só não aponta a vantajosidade da aquisição. Isso porque há diversos outros fatores que precisariam ser ponderados para saber-se qual das hipóteses, aquisição ou locação, é a mais vantajosa num caso concreto: diferença dos valores desembolsados, depreciação, etc.

De igual modo, não se pode reputar inexecutável a proposta da Associação CHC por estimar custos mensais de R\$ 1.000,00 com gases medicinais. Notadamente, porque a proposta financeira é coerente com a proposta técnica, observando-se os parâmetros quantitativos mínimos exigidos no edital.



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1549 RUBRICA Q

Além disso, segundo a doutrina, inexequíveis são aquelas propostas que “*não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente*”². Não seria o caso, mesmo que se admitisse ser insuficiente o valor indicado no item.

- **Da alegada apresentação de atestados de capacidade técnica sem relação com o objeto do chamamento público, sem quantitativos ou com quantitativos inferiores à categoria de classificação que lhe enquadrava a Comissão Permanente de Licitações:**

Parte significativa desse ponto já foi respondida no tópico acima. Vale reprimir: que os atestados técnicos acompanhados dos contratos correspondentes. Assim, atestado pelo contratante que os serviços objeto de contrato determinado foram prestados adequadamente, é idôneo o contrato para sanar eventual omissão de quantitativos.

A propósito, os atestados de capacidade técnica são emitidos com redação genérica, que identifique minimamente os serviços prestados, para serem utilizados em variados chamamentos públicos ou processos licitatórios. Por isso, não há que se exigir o amolduramento *ipsis litteris* ao edital ou termo de referência. Basta que dele e de outros documentos idôneos se possa comprovar as condições exigidas ou esperadas.

Assim, se respeita a instrumentalidade das formas e permite-se a escolha da melhor proposta ao interesse público.

Além disso, é importante salientar que dentre os sete *critérios de julgamento* tem-se dois que apesar de semelhantes buscam comprovação de experiências distintas.

Enquanto o critério 4 afere a “*Experiência na execução de serviços congêneres ao objeto do edital, realizados com o apoio financeiro integral ou parcial expedidos por instituições privadas e/ou públicas, indicando dimensão, prazo, local e outros elementos*”

2 MENDES, Renato Geraldo. *O processo de contratação pública – Fases, etapas e atos*. Curitiba: Zênite, 2012, p. 313.



PROCESSO Nº 11391/23
FLS. 1549 RUBRICA [assinatura]

que julgar pertinente que caracterizem a eficácia do projeto”, o critério 6 dimensiona a **“Experiência de gestão em parcerias ‘lato sensu’ com o Poder Público nos eixos descritos no Plano de Trabalho (aceitas parcerias com fulcro na Lei nº 13.019/2014, convênios e demais instrumentos congêneres)”**.

Enquanto o primeiro visa assegurar ao Município que a proponente tem capacidade técnica de prestar os serviços (médico veterinários) nas quantidades e com as qualidades que se espera, o segundo tem o intuito de garantir que a proponente tem capacidade de cumprir todas as atribuições assessórias da parceria.

Especificando, ou exemplificando: os itens 7 e 12 e o Anexo I do Plano de Trabalho referencial dizem respeito a quantitativos e padrões de qualidade dos serviços; já os itens 9 e 11 do mesmo documento são correspondentes às atividades assessórias da parceria. E, inegavelmente, ambas são essenciais.

O edital permitia a comprovação das experiências prévias através dos seguintes documentos, *“sem prejuízo de outros”*:

- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
- c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
- d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou



PROCESSO Nº 11391/23
FLS. 1550 RUBRICA 2

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC.

No caso, a Associação CHC apresentou atestados técnicos e contratos que comprovam a celebração de parcerias com o Poder Público nas áreas de saúde humana e medicina veterinária. Os documentos demonstraram, por quantidades, natureza, etc., a prestação de serviços médicos veterinários, a gestão de mais de cinco parcerias com o Poder Público e capacidade para atender os 1.600 atendimentos propostos.

Por isso há de ser mantida a ordem de classificação das entidades participantes.

Entendimento diferente não pode haver, sob pena de afronta ao estabelecido em edital e os objetivos estabelecido no Anexo VII - Plano de Trabalho Referencial, a serem alcançados pela Administração Pública com o presente Chamamento Público.

Por fim, e não menos importante, observa-se que toda discussão do recurso se centra nos aspectos técnicos da análise das propostas. É fundamental destacar também o critério financeiro da escolha, posto que também neste aspecto a proposta da Associação CHC é mais vantajosa ao interesse público, uma vez que implica em menor repasse financeiro que se soma a melhor proposta.

CONCLUSÕES:

Por todo o exposto e em seus fundamentos, a CPL decide:

- a) Conhecer do recurso interposto pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, nos termos do item 6.8.1 do Edital;
- b) Não dar provimento ao recurso administrativo apresentado pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária;
- c) Manter hígida a classificação em primeiro lugar da Associação Catarinense de Gestão Hospitalar, Conhecimento e Assistência Social - Associação CHC;
- d) A Assessoria Jurídica para ciência e emissão de parecer jurídico;
- e) Publique-se a decisão;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 11391/23
FLS. 1551 RUBRICA R

- f) Após a consideração superior, na forma do artigo 109, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 16:50 horas, da qual eu, Samuel Aranda Neto, lavrarei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.


Jaqueline Gouveia da Silva


Flavio Fernandes José da Silva


Samuel Aranda Neto
Presidente


Caroline Santos Ramos Marinho


Ricardo Rodré Aguiar



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento Jurídico de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1552 RUBRICA 

Processo nº 11391/2023

Ref.: Recursos Administrativos.

Chamamento Público: 005/2023

**Interessada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRACAO E
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR e SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA
VETERINÁRIA**

**ANÁLISE DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E SUAS
CONTRARRAZÕES.**

Ilmo. Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Trata-se de Recurso Administrativo e suas contrarrazões para julgamento do processo nº 11391/2023, Chamamento Público nº 005/2023, visando à **CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, COM ATUAÇÃO NA ÁREA MÉDICA-VETERINÁRIA, PREVISTO EM SEU ESTATUTO SOCIAL, PARA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICO-VETERINÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE FUNCIONAMENTO DE CONSULTÓRIOS MUNICIPAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA**, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Cumpramos destacar que não pretende a Administração infringir os princípios basilares que regem o Direito e a Lei de Licitações, e, muitas vezes, só há a possibilidade de se reconhecer determinados vícios processuais apenas nos casos de recursos, como no caso presente.





PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1553 RUBRICA CP

A Comissão Permanente de Licitação se manifestou em relatório da seguinte forma:

A Sociedade Paulista de Medicina Veterinária interpôs recurso em face da classificação da proposta da Associação CHC de Administração e Assistência Hospitalar, realizada no Chamamento Público n. 005/2023.

O chamamento público foi deflagrado com amparo na Lei Federal n. 13.019/2014. A sessão pública realizada no dia 02/10/2023 efetuou a abertura das propostas financeiras.

Transcrevo a Ata da sessão(parte):

Prosseguimos com a abertura do envelope 1 de proposta financeira e envelope 2 de proposta técnica e os proponentes foram informados que o envelope 3 de habilitação, ficará acautelado com a CPL. A **ASSOCIACAO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTENCIA HOSPITALAR** apresentou proposta financeira no valor de R\$ 8.704.356,48 (oito milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos) e a **SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA** apresentou proposta financeira no valor de R\$ 9.780.174,59 (nove milhões, setecentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Em ato apartado (04/10/2023), analisadas as propostas técnicas, a Comissão de Licitação classificou as entidades, Associação CHC e SPMV, em primeiro e segundo lugares, respectivamente.

Transcrevo a Ata a sessão (parte):

1º lugar – **ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTENCIA HOSPITALAR**
- 14 pontos.



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1554 RUBRICA R

**2º lugar – SOCIEDADE PAULISTA DE
MEDICINA VETERINÁRIA - 12 pontos.**

Por fim (em 11/10/2023), examinados os documentos de habilitação, restou habilitada a participante Associação CHC, sendo por isso considerada (apesar de ainda não ter ocorrido a homologação) a sua proposta como a melhor proposta do certame.

Transcrevo a Ata a sessão (parte):

Entregue o resultado, prosseguimos com a abertura do envelope de Habilitação do **ASSOCIACAO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTENCIA HOSPITALAR**, o qual verificou-se que encontra **HABILITADO e VENCEDOR** do objeto do certame.

Com a decisão da CPL, insurgiu-se a recorrente, SPMV, guerreando os seguintes aspectos:

a) Tratar-se a Associação CHC de organização social (OS) e não de organização da sociedade civil (OSC), sendo o chamamento público voltado apenas às entidades enquadradas na última categoria;

b) Inexequibilidade da proposta da Associação CHC, em razão dos seguintes aspectos:

i.) proposta financeira sem a separação das despesas por serviços e pelas unidades que serão objeto da parceria (Jaconé, Sampaio Correia e Clínica Central) (item 6.4.6.2 do edital);

ii.) oferta de 1.600 (mil e seiscentos) atendimentos mensais, ao passo que a entidade recorrida apresentou atestado de capacidade técnica de 1.292 (mil duzentos e noventa e dois) atendimentos;

iii.) quantidade de funcionários – vinte – insuficiente para o atendimento das três unidades (item 6.4.6, 'a' do edital e itens 8.1 e 8.4. do plano de trabalho referencial);



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1555 RUBRICA P

iv.) previsão de despesas com aluguéis de mobiliário, ao invés de prever a compra de equipamentos que seriam incorporados ao patrimônio do Município ao final da parceria;

v.) subdimensionamento das despesas com gases medicinais.

c) Apresentação de atestados de capacidade técnica sem relação com o objeto do chamamento público, sem quantitativos ou com quantitativos inferiores à categoria de classificação que lhe enquadrava a Comissão Permanente de Licitações;

A Associação CHC apresentou contrarrazões defendendo a sua habilitação e capacidade técnica, bem como, a exequibilidade de sua proposta, postulando a manutenção da classificação realizada pela CPL.

Tanto o recurso administrativo, quanto as contrarrazões são tempestivos.

Primeiramente a CPL fez uma distinção entre a natureza jurídica da entidade com a qual será celebrada a parceria, mostrando a distinção entre Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações da Sociedade Civil (OSC), cujas relações com o Poder Público são, em tese, disciplinadas pelas Leis Federais n. 9.637/1998, 9.790/1999 e 13.019/2014. Explicou que as duas primeiras leis têm foco a qualificação de entidade sem fins lucrativos como OS's ou OSCIP's ao passo que a última norma visa regular as relações entre o poder público e o terceiro setor, independente da classificação a que se dê à entidade.

A CPL sobre o argumento da recorrente, tem-se que, de fato, há no caso concreto algumas particularidades que aproximam de algum modo as Leis 9.637, 9.790 e 13.019. Isso porque, apesar de regulado o chamamento público pela Lei 13.019/2014, em dois momentos pode-se reportar-se às leis anteriores:

a) no item 6.8 prevê-se a *“qualificação da Proponente como OSC no âmbito do Município de Saquarema”*;



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1556 RUBRICA [assinatura]

b) No item 2.3 do Plano de Trabalho referencial assinala-se que *“Através da implementação de 3 (três) unidades de saúde médico-veterinário para o atendimento clínico em cães e gatos pretende-se promover e atender de forma veemente as **demandas relacionadas à saúde pública**, uma vez que a promoção da saúde e o bem-estar animal e o ser humano é de extrema importância, devido a estreita convivência entre eles e na viabilização de instrumentos e meios efetivos de ações destinados a promoção do bem-estar e adoção de **medidas de prevenção de zoonoses e demais agravos, visando otimizar serviço essencial ao bem-estar comum**”.*

Pois bem. A figura da “qualificação” de entidade (como OS ou OSCIP) é afeita às Leis 9.637 e 9.790; de outro lado, independente das discussões sobre a natureza dos serviços médico-veterinários, o combate a zoonoses é classificado como serviço de saúde pública (humana).

A CPL no presente caso, tanto a recorrente quanto a Associação CHC comprovaram enquadrarem-se como organização da sociedade civil, nos moldes do art. 2º, I, “a” da Lei, sendo aptas a participarem do certame. E que Associação CHC cumpriu minimamente as exigências editalícias concernentes à eventual dissolução e ao cumprimento de normas de contabilidade.

Afastou a CPL a alegada ausência para o credenciamento da Associação CHC e sua participação nas demais fases do chamamento.

Quanto a suposta inexigibilidade da proposta da Associação CHC a CPL se manifestou sobre todos os questionamentos da Recorrente.

A CPL depois se manifestou sobre a alegação de apresentação de atestados de capacidade técnica sem relação com o objeto do chamamento público, sem quantitativos ou com quantitativos inferiores à categoria de classificação que lhe enquadrava a Comissão Permanente de Licitações, informando que os atestados técnicos acompanhados dos contratos correspondentes. Assim, atestado pelo contratante que os serviços objeto de contrato determinado foram prestados adequadamente, é idôneo o contrato para sanar eventual omissão de quantitativos.

[assinatura]



PROCESSO Nº 11394/23

FLS. 1557 RUBRICA P

Por todo o exposto e em seus fundamentos, a CPL decide:

- a) Conhecer do recurso interposto pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, nos termos do item 6.8.1 do Edital;
- b) Não dar provimento ao recurso administrativo apresentado pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária;
- c) Manter hígida a classificação em primeiro lugar da Associação Catarinense de Gestão Hospitalar, Conhecimento e Assistência Social - Associação CHC;

Dito isto passamos ao parecer.

A CPL se pronunciou sobre todos os recursos e requerimentos das empresas Recorrentes, se manifestando sobre todos os argumentos expostos pelas mesmas.

A comissão em sua atuação preceitua por dispositivo legal obedeceu a todas as fases do processo e nos prazos obedecidos no edital e por força de lei, oportunizando aos licitantes o direito de manifestação, recurso administrativo e contrarrazões estabelecendo assim a ampla defesa e o contraditório, conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo 5º LV que diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;



PROCESSO Nº 11391/23

FLS. 1558 RUBRICA 12

Os princípios do contraditório e da ampla defesa são assegurados pela Constituição Federal, consistindo, ademais, corolário do princípio do devido processo legal, caracterizado pela possibilidade de resposta e a utilização de todos os meios de defesa em direito admitidos.

Logo não há nenhum reparo nas tramitações processuais realizadas pela comissão nos atos do processo administrativo.

É de se registrar também o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, que fala da vinculação do instrumento convocatório, *in verbis*:

“ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. ”

Além do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é necessário a observância de diversos outros princípios inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como **transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.**

Importante destacar que o formalismo exacerbado revela sempre excesso de zelo, onde não deve faltar razoabilidade e a proporcionalidade indispensável aos atos administrativos, e cita a CPL posicionamento do TCU, que tem prestigiado a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento Jurídico de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO


PROCESSO Nº 11391/23
FLS. 1559 RUBRICA P

Foi, no entanto, atendido os princípios básicos do direito administrativo, do contraditório e oportunizado a ampla defesa.

Diante do exposto, acompanho a decisão da CPL na análise final na Chamamento Público nº 005/2023 em manter a habilitação e a inabilitação das empresas analisadas, sendo que todos os recorrentes e recorridos devem ter ciência da decisão.

Esse é o parecer. SMJ.

Saquarema, 26 de outubro de 2023.


CLÁUDIO BARBOSA TASSARA
Diretor Jurídico de Licitação
Matrícula 960593-2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal dos Direitos dos Animais



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO



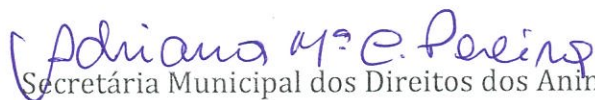
Ao Departamento de Licitações

A/C: Comissão de Licitações.

Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, a Secretária Municipal dos Direitos dos Animais, Adriana Maria da Conceição Pereira, nos termos dos dispositivos legais que lhe ampara, em atenção ao disposto na forma do artigo 109, § 4º da lei nº 8.666/93, nos autos do processo do edital de licitação de Chamamento Público nº. 005/2023, Processo nº 11.391/2023, venho me manifestar de acordo a análise da Comissão de Licitações, designada pela Portaria Nº 553, de 14 de julho de 2023, e nos termos do parecer jurídico da Assessoria Jurídica, nos autos do processo de Recurso Administrativo apresentado pelo Instituto SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA e contrarrazões pelo Instituto ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, e assim, vistos e examinados os autos dos processos, decido em **APROVO** de acordo do constante na Ata de Análise do Recurso Administrativo, datada de 25 de outubro de 2023.

Saquarema, 26 de outubro de 2023.


Secretária Municipal dos Direitos dos Animais

Adriana Maria da Conceição Pereira